

Sumário

1. Introdução	19
2. A valorização da pessoa e a responsabilidade civil	23
2.1. A influência do desenvolvimento cultural e tecnológico na evolução da responsabilidade civil	23
2.2. Do desenvolvimento da tutela dos interesses imateriais da pessoa	26
2.3. A unidade da pessoa – direitos fundamentais	28
2.4. Tutela constitucional da personalidade	33
2.4.1. Breve histórico evolutivo	33
2.4.2. Conceito	35
2.4.3. Características	36
2.5. O novo paradigma de indenização – inclusão de modernos interesses passíveis de proteção jurídica	37
3. Dano existencial	41
3.1. Reconhecimento do dano existencial	41
3.2. Conceito de dano existencial	44
3.3. A figura do <i>préjudice d'agrément</i>	48
3.4. A figura da <i>loss of amenities of life</i>	49
3.5. Princípios norteadores da responsabilidade civil e do dano existencial	51
3.5.1. Princípio da dignidade da pessoa humana	51
3.5.2. Princípio da solidariedade	55
3.5.3. Princípio da <i>alterum non laedere ou neminem laedere</i>	58
3.6. Fundamento constitucional da responsabilidade civil, aplicável ao dano existencial	60
3.7. Argumentos contrários à indenização do dano existencial e contraponto	62
3.8. Os exemplos de danos existenciais	65
3.8.1. No direito civil	65
3.8.1.1. As vítimas da talidomida	68
3.8.2. No direito de família	69
3.8.2.1. “Caso Iruan”	70
3.8.2.2. “Caso Pedrinho”	71
3.8.3. No direito ambiental	72
3.8.4. No direito do trabalho	75
3.9. A casuística (excertos jurisprudenciais a respeito da matéria)	77
3.9.1. Jurisprudência italiana	77

3.9.1.1. Responsabilidade civil decorrente de acidente de trânsito com lesão à saúde da vítima (Sentença nº 184 da Corte Constitucional italiana, de quatorze de julho de 1986)	77
3.9.1.2. Danos corporais decorrentes de erro médico (Sentença nº 6607 da Corte de Cassação, de onze de novembro de 1986)	79
3.9.1.3. Ruídos e direitos de vizinhança (Sentença do Tribunal de Milão, de vinte e um de outubro de 1999)	80
3.9.1.4. Dever dos pais de sustentar os filhos (Sentença da Corte de Cassação nº 7.713, de sete de junho de 2000)	81
3.9.1.5. Responsabilidade de médico em ecografia fetal por erro de avaliação (Sentença do Tribunale Penale de Locri, de seis de outubro de 2000)	82
3.9.1.6. Responsabilidade em razão das condições desumanas de habitação de trabalhador (Sentença da Corte de Apelação de Áquila, de vinte e sete de fevereiro de 2001)	83
3.9.1.7. Responsabilidade do Estado por prisão de inocente (Sentença da Corte de Apelação de Gênova, de sete de fevereiro de 2003)	84
3.9.1.8. Responsabilidade decorrente de acidente de trânsito (Sentença da Corte Constitucional, de 11 de julho de 2003)	85
3.9.2. Jurisprudência brasileira	85
3.9.2.1. O caso “Escola Base” – denúncia infundada de abuso sexual contra crianças (Acórdão do Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial nº 351.779-SP)	86
3.9.2.2. Lesões corporais decorrentes de acidente de trânsito (Acórdão do Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial nº 404.706-SP)	88
3.9.2.3. Alcoolismo decorrente do exercício de trabalho de mestre cervejeiro (Acórdão do Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial nº 242.598-RJ)	89
3.9.2.4. Lesões corporais decorrentes de acidente de trânsito II (Acórdão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul na Apelação Cível nº 70007069925)	91
3.9.2.5. Perda parcial de audição em razão de trabalho ruidoso (Acórdão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul na Apelação Cível nº 70006380513)	92
3.9.2.6. Responsabilidade por danos corporais em razão de choque elétrico (Acórdão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul na Apelação Cível nº 70000591214)	93
3.9.2.7. Responsabilidade do condomínio por queda de pessoa em fosso de elevador (Acórdão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul na Apelação Cível nº 70007705528)	94
3.9.2.8. Danos corporais decorrentes de erro médico, na colocação de prótese (Acórdão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul na Apelação Cível nº 70009307174)	96
4. Dano existencial comparado com outras espécies de danos extrapatrimoniais	97
4.1. Dano moral puro	97
4.2. Dano à identidade da pessoa (nome, pseudônimo e interesses diretamente relacionados)	100
4.3. Dano à vida privada	101
4.4. Dano à intimidade	102
4.5. Dano à imagem	103
4.6. Dano à integridade intelectual	105
4.7. Dano à honra	106